

Governo não rompe o impasse

O Governo não conseguiu número suficiente para colocar em votação o projeto de lei criando a Secretaria de Governo e tentará aprová-lo na sessão de hoje. Mas o PMDB está irredutível e continua em sua posição de obstruir a votação se o projeto dos aposentados não for apreciado em primeiro lugar. O ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, tentou abrir um canal de negociação, mas o líder peemedebista Genebaldo Correia descartou qualquer possibilidade de acordo que não passe pela votação do projeto de decreto legislativo sustando o Decreto 430 que adia o pagamento de 147 por cento aos aposentados para o próximo ano. Para a votação do projeto hoje, o ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, tem uma previsão sombria: "Vamos perder".

Ontem pela manhã, o relator e o presidente da Comissão Especial da Previdência, deputados Antônio Britto (PMDB-RS) e Roberto Magalhães (PFL-PE), respectivamente, foram ao ministro Stephanes apresentar o relatório final que será lido e votado hoje, às 10h. O Governo aproveitou a oportunidade para fazer Britto mensageiro de uma proposta junto ao líder Genebaldo Correia. A proposta previa o pagamento de 16 por cento (diferença entre os 54 por cento concedidos em agosto e os 79,9 por cento oferecidos pelo Governo, posteriormente), integralmente, com correção monetária e retroativo a setembro. Além disso, a abertura de negociação direta entre Governo e aposentados, em contrapartida, o projeto de decreto legislativo, deveria ser retirado.

Caduca — "Desconheço qualquer proposta do Brito. Não há proposta alguma e essa de que vocês estão falando já caducou, está ultrapassada no tempo", reagiu Genebaldo Correia no final da tarde, ao garantir que o seu partido manterá a votação de hoje.

RENATO COSTA



Stephanes com Britto: nova proposta para reajuste de 16%

Segundo ele, os acontecimentos fortaleceram a posição em favor dos 147 por cento e a votação do projeto de decreto legislativo pode não significar o pagamento imediato aos aposentados, pelo Governo, mas representará mais uma etapa vencida. O líder assegurou que o Governo não lhe fez nenhuma proposta formal e prometeu apresentar na sessão de hoje, caso as lideranças governistas coloquem o projeto da Secretaria em votação, um requerimento de inversão de pauta, para que o dos aposentados passe à frente.

Embora a reação de Genebaldo tenha sido imediata, o líder do Bloco, Luís Eduardo Magalhães (PFL/BA), procurou apaziguar a situação. "Vai ver que o Britto se

esqueceu", disse ele, enquanto o líder do Governo, deputado Humberto Souto (PFL-MG), procurava defender a proposta, respaldado pelo ministro Stephanes. "O que perderiam os aposentados com essa proposta? Nada. Só iríamos tirar essa angústia toda. Retira-se o projeto de decreto legislativo e os 147 por cento ficam para ser decididos no Supremo Tribunal Federal", explicou.

Souto entende que "devemos tirar os 147 do mapa, deixá-lo para o Supremo e passar a discutir agora o que fazer com a Previdência". Além do pagamento dos 16 por cento, nas condições propostas, da negociação direta entre aposentados e Governo, e da retirada do projeto, pelo PMDB, ele

também pede a votação e aprovação da Secretaria.

Na verdade, o Decreto 430, como o próprio Governo já admitiu, não tem maior importância, por se tratar de uma reprodução fiel do Artigo 4º, da Lei 8.197, que regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública. Em consequência, o projeto de decreto legislativo sustentado pelo PMDB e oposições também não tem efeito prático. Mas o que o Governo tenta impedir é uma derrota política. Aliás, ontem foi a segunda vez que ele não conseguiu votar o projeto da Secretaria, porque no momento de colocá-lo em pauta, havia apenas 150 parlamentares na Casa. E para aprovar a Secretaria são necessários 252 votos, se recusada, a proposta não poderá ser mais votada nesse mesmo ano legislativo.

Nova rodada — Ontem à noite, na reunião de líderes, o deputado Genebaldo Correia apresentou ao Governo uma contraproposta: a votação de um único requerimento concedendo o regime de urgência-urgentíssima tanto para o projeto criando a Secretaria de Governo quanto para o projeto dos aposentados. Humberto Souto não concordou mas promete continuar as discussões até a sessão de hoje, enquanto Luís Eduardo Magalhães mostrou-se mais receptivo. Aliás, Luís Eduardo é voto vencido no Governo em sua defesa de retirada do Decreto 430.

Se a proposta de Genebaldo for recusada, o requerimento de urgência para a Secretaria terá preferência na votação, porque foi o primeiro apresentado à Mesa e o que vale é a ordem de chegada. Mas Genebaldo apresentará, então, um requerimento de inversão de pauta que precisa ser aprovado apenas por maioria simples. A votação de hoje refere-se apenas às urgências, pois o mérito das matérias será apreciado em uma segunda oportunidade.